

ATHOS GUSMÃO CARNEIRO

Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça; ex-Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; Prof. jubilado de Direito Processual Civil na UFRGS; sócio titular do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual e do Instituto Brasileiro de Direito Processual; membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e do Instituto dos Advogados/RS; advogado e consultor.

Audiência de instrução e julgamento e audiências preliminares

15ª edição

Atualizada e com as devidas referências ao projeto do novo CPC



Gazeta Jurídica

Brasília
2014

15ª edição - 2014

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

CIP-Brasil. Catalogação na publicação.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C287a

15. ed.

Carneiro, Athos Gusmão, 1925-

Audiência de instrução e julgamento e audiências preliminares / Athos Gusmão Carneiro. - 15. ed. - Brasília, DF : Gazeta, 2014.

336 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-67426-02-0

1. Processo civil - Brasil. I. Título.

13-06441

CDU: 347.91/.95(81)

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais – Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal – Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME

SHIS. QL 02, Conjunto 5 Casa 14, Lago Sul

CEP: 71610-055 - Brasília - DF

1000336

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil

Sumário

I	Nota histórica e oralidade.....	1
1.	A audiência ao tempo das Ordenações	1
2.	A audiência no CPC de 1939, como ‘termo essencial’ do procedimento ordinário.....	3
3.	O CPC de 1939 e o sistema oral	3
4.	O magistério de Galeno Lacerda e a oralidade como princípio ‘disponível’	5
5.	O julgamento antecipado (<i>rectius</i> , julgamento imediato) da lide.....	8
6	Universalidade do fenômeno da atenuação do princípio da oralidade.....	10
6-A.	Orientação do projeto de novo CPC.....	13
II	Da audiência como ato processual	15
7.	A audiência como ato processual complexo, geralmente não substancial ao processo	15
8.	Da audiência preliminar.....	17

III Atividades preparatórias: designação – tempo – local – pregões.....	19
9. Designação de audiência. Tempo. Local.....	19
10. Alteração do dia ou da hora da audiência.....	21
11. A designação de data como ato “pessoal” do juiz	21
12. Local de realização da audiência	22
13. Dos pregões em audiência	22
IV Princípio da publicidade da audiência.....	25
14. Vantagens do princípio da publicidade.....	25
15. Da audiência sob o regime do segredo de justiça	27
16. Vinculação ao dever de sigilo	28
17. O art. 155, parágrafo único, do CPC e a amplitude da publicidade.....	29
18. Da quebra do sigilo e a validade da audiência.....	30
18-A. Orientação do projeto do novo CPC.....	31
V Princípio da imediação	33
19. Conceito e objetivos do princípio da imediação.....	33
20. Casos de afastamento do princípio	35
VI Princípio da identidade física do juiz	37
21. A identidade física do juiz como corolário do princípio da imediação	37
22. Regramento do princípio no Código de 1973.....	38
23. Casos em que não ocorreria a vinculação.....	41
24. Superveniência da Lei nº 8.637/1993. Casos em que a vinculação é rompida.....	42
25. Situação do juiz transferido ou “removido”. Pronunciamentos do STJ	45
26. Situação do juiz “substituto” ou juiz “auxiliar”.....	47
26-A. Orientação do projeto de novo CPC.....	48

VII	Princípio da concentração e da unidade da audiência	49
27.	Da concentração e da unidade da audiência	49
28.	Consequências práticas do princípio da unidade e continuidade da audiência.....	50
28-A.	Orientação do projeto de novo CPC.....	52
VIII	Poder de polícia em audiência.....	55
29.	Poder de polícia e o art. 445 do CPC	55
30.	Atividades jornalísticas durante a audiência	58
31.	Atividade censória do magistrado	58
32.	Dos “apartes” ao depoente	59
32-A.	Orientação do projeto de novo CPC	61
IX	Da tentativa de conciliação.....	63
33.	Memória histórica	63
34.	A conciliação na audiência preliminar e na audiência de instrução e julgamento	63
35.	Consequências da conciliação obtida	66
36.	A conciliação, quando for parte pessoa de direito público....	67
37.	As propostas e recusas não devem constar do termo quando não exitosa a tentativa conciliatória	67
38.	Inexistência de sanção para o não-comparecimento da parte	68
39.	Presença da parte por procurador. Presença de preposto ..	69
40.	Ausência de advogado na audiência de conciliação	70
41.	A conciliação perante os Juizados Especiais Cíveis	71
42.	Possibilidade de a parte ser intimada na pessoa de procurador	71
43.	Omissão da tentativa conciliatória e suas consequências .	72
44.	Da conciliação nas ações de separação judicial.....	74
45.	Da conciliação nas ações de alimentos.....	77
46.	Da conciliação nos embargos do devedor, na impugnação e no processo cautelar	79
47.	Intervenção do Ministério Público.....	80

48.	Conciliação em momento processual posterior	80
49.	Da atitude do juiz na tentativa conciliatória	81
49-A.	Orientação do projeto de novo CPC	82
X	Da fixação dos pontos controvertidos	85
50.	Nota histórica	85
51.	Objetivo da fixação dos pontos controvertidos	86
52.	Aspectos da fixação dos pontos controvertidos	87
53.	A ausência da fixação dos pontos controvertidos, no plano da validade da audiência	87
54.	Não-definitividade da fixação dos pontos controvertidos..	88
54-A.	Orientação do projeto de novo CPC	88
XI	Da instrução em audiência – noções gerais	91
55.	A “dilação probatória” no direito reitol	91
56.	A “dilação probatória” no Regulamento 737	91
57.	Ordem dos depoimentos	92
58.	Inversão na ordem e suas consequências, no plano da validade da audiência	93
58-A.	Galeno Lacerda e as nulidades processuais	95
XII	Do depoimento do perito	97
59.	Os “quesitos de esclarecimentos” previstos no art. 435 do CPC	97
60.	Anotações sobre a perícia	98
61.	A perícia e a Lei nº 10.358/2001	100
61-A.	A prova pericial no projeto de novo CPC	101
XIII	Dos depoimentos pessoais	105
62.	Quem pode ser convocado a prestar depoimento pessoal...	105
63.	Depoimento do representante legal da pessoa jurídica	106
64.	Depoimento pessoal e capacidade jurídica	107
65.	Depoimento pessoal por determinação do juiz ou requerimento da parte adversa	108
66.	Da pena de confissão	109
67.	Pena de confissão e comparecimento determinado de ofício ..	109

68. Ônus de comparecer	111
69. De como será inquirida a parte	112
70. Parte residente fora dos limites da comarca	112
71. Faculdade de o advogado da parte contrária formular perguntas	113
72. Formalização do depoimento.....	114

XIV Da prova testemunhal..... 115

73. Apreciação prefacial	115
74. Prazo para apresentação do rol de testemunhas.....	116
75. Contagem “regressiva” do prazo	117
76. Apresentação do rol de testemunhas no procedimento sumário	119
77. Abolição da “assentada” para qualificação das testemunhas	121
78. Do compromisso a ser prestado pelo depoente.....	121
79. Da advertência relativa às sanções penais pelo falso testemunho	123
80. Interrogatório das testemunhas. Teleconferência. Videoconferência. Agravo retido	124
81. Redação dos depoimentos.....	126
82. Perguntas indeferidas. Contradita	127
83. Formalização do depoimento.....	128
84. Depoimento de cego, surdo ou mudo	128
85. Taquigrafia, digitação e gravação de depoimento.....	129
85-A. Orientação do projeto de novo CPC.....	130

XV Dos agravos em audiência 133

86. Das decisões proferidas em audiência	133
87. Breve lembrança histórica	134
88. Processamento dos agravos	136
89. O agravo de instrumento mantém-se como o agravo-padrão	138
90. A interposição dos agravos durante a audiência	140
90-A. Orientação do projeto de novo CPC.....	141

XVI Dos debates orais e das razões

 finais escritas.....	145
91. Oportunidade e objetivo dos debates orais	145
92. Prorrogação do prazo para os debates	146
93. O prazo nos casos de intervenção de terceiros	147
94. O debate oral como ônus, não como obrigação.....	148
95. Inversão na ordem de uso da palavra.....	148
96. Conteúdo da manifestação oral dos advogados.....	149
97. Desvirtuamento do debate oral e vantagens do debate quando corretamente realizado	150
98. Desvirtuamento do debate oral no processo civil germânico	151
99. Da apresentação de memoriais	153
100. Da conversão do debate oral em razões finais escritas....	155
101. Supressão do debate oral e das razões escritas.....	156
102. As razões finais escritas não são apresentadas em audiência.....	156

XVII Dos incidentes em audiência..... 159

103. Dever de pontualidade.....	159
104. Justos motivos para a não-realização da audiência	160
105. Do adiamento da audiência	161
106. Do adiamento por ordem do juiz.....	161
107. Dos pressupostos de validade da audiência antecipada ..	162
108. Adiamento da audiência pelo não comparecimento do advogado	163
109. Caso de vários advogados constituídos.....	164
110. É caso de força maior a simultaneidade de audiências?..	164
111. Impedimento justificado e adiamento da audiência.....	165
112. Casos de comprovação <i>a posteriori</i> do justo impedimento	165
113. Justo impedimento invocado em razões de apelação	166
114. Até quando pode ser alegado o justo impedimento.....	167
115. Da ausência do advogado do autor ou do advogado do réu, ou de ambos.....	167

116. Atuação de estagiário em representação judicial da parte ...	169
117. A ausência do advogado e suas consequências no campo probatório	169
118. Da realização da audiência, embora a ausência de perito, parte ou testemunha	170
119. Motivo justo para a ausência de testemunha	171
120. Condução coercitiva de perito ou assistente técnico	172
121. Consequências da ausência da parte	172
122. Ausência de serventuário e sua substituição	172
123. Da intimação do agente do Ministério Público. Do interesse público na sua intervenção	172
124. Ausência do agente do Ministério Público	174
125. Limitações à decretação de nulidade pela ausência do agente do Ministério Público	176
125-A. O Ministério Publica no projeto de novo CPC....	178

XVIII Da audiência preliminar no procedimento comum ordinário

126. Do art. 331 do CPC	179
127. Da antiga audiência “de conciliação”, como autêntica audiência preliminar e de saneamento	180
128. Da audiência preliminar em direito comparado	180
129. Do saneamento anterior à audiência preliminar	182
130. Das alternativas previstas no julgamento conforme o estado do processo	183
131. Só haverá audiência de instrução e julgamento se necessária prova oral	184
132. A transação e as questões não postas em juízo	185
133. Saneamento e questões processuais pendentes	186
134. Do atual texto do art. 331, de conformidade com a Lei nº 10.444/2002	187
135. A audiência preliminar como ato processual útil, porém não indispensável	189
136. Da dispensa da audiência preliminar	191
136-A – Orientação do projeto de novo CPC	193

XIX Da audiência preliminar e da audiência de instrução e julgamento no procedimento sumário	195
137. Da extinção do antigo procedimento “sumaríssimo”	195
138. Orientação adotada pela Lei nº 9.245/1995	196
139. Alteração de denominação do procedimento	196
140. Mudanças de rito mais relevantes	197
141. Sucessão dos atos processuais no procedimento sumário ..	198
142. Da audiência preliminar no procedimento sumário	199
143. Da audiência preliminar e da ausência das partes	199
144. Da conciliação no procedimento sumário	202
145. Dos incidentes processuais na audiência preliminar no rito sumário	203
146. Da resposta do demandado.....	204
147. Da reconvenção no procedimento sumário	206
148. Da atividade de saneamento	207
149. Atuação do juiz após o saneamento	207
150. Da incidência de normas do rito ordinário	208
151. Da prolação da sentença	209
152. Normas tendentes à celeridade processual	209
XX Da antecipação dos efeitos da tutela	213
153. Da possibilidade de antecipação em audiência, ou na sentença, dos efeitos da tutela	213
154. Da antecipação por ocasião da sentença	216
155. Da antecipação de tutela em fase recursal.....	217
XXI Do termo de audiência	219
156. Da lavratura, em meio físico ou eletrônico, do termo de audiência	219
157. Síntese, certeza e precisão na lavratura do termo.....	221
158. Interposição, em audiência, de agravo retido	223
158-A. Orientação do projeto de novo CPC	228

XXII Da necessidade, ou não, de publicação da sentença em audiência	227
159. A sentença deve “necessariamente” ser publicada em audiência? Relevância do tema.....	227
160. Posições sustentáveis em face do direito legislado	228
161. Publicação da sentença, nos CPC de 1939 e 1973	229
162. Tese da desnecessidade da audiência de “leitura da sentença”	229
163. Tese da necessidade da audiência.....	231
164. Tese da audiência de publicação da sentença como ato processual facultativo	231
165. Nota histórica	233
166. Do formalismo apenas como garantia da lei e dos direitos das partes	233
167. Da audiência de publicação como ato processual facultativo	234
167-A. Orientação do projeto de novo CPC	237
 XXIII Da audiência de conciliação, instrução e julgamento perante os Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais.....	 239
168. Conveniência de um procedimento específico para as pequenas causas	239
169. Iniciativas informais e criação legal do Juizados	242
170. Necessidade dos Juizados Especiais	244
171. Os Juizados Especiais no Rio Grande do Sul.....	247
172. Princípios básicos do procedimento sumaríssimo.....	248
173. Da sessão de conciliação	249
174. Da opção pelo juízo arbitral	251
175. Da audiência de instrução e julgamento.....	251
176. Da fase recursal	254
177. Da execução por título extrajudicial	256
178. Enunciados aprovados pelo Fórum Nacional de Juizados Especiais	256

179. Dos Juizados Especiais federais.....	259
180. Enunciados aprovados pelo Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais.....	261
XXIV Da proibição de sentença ilíquida.....	263
181. Análise da expressão “pedido certo”.....	263
182. Da expressão “pedido certo ou determinado” do art. 286 do CPC.....	264
183. Amplitude da incidência do art. 459, parágrafo nico, do CPC.....	265
184. Inconvenientes da liquidação por arbitramento ou por artigos	265
185. Nota histórica	266
186. Impossibilidade legal de o julgador dissociar o <i>an</i> <i>debeatur</i> do <i>quantum debeatur</i>	267
187. Hipótese de impossibilidade de apurar o <i>quantum debeatur</i>	267
188. Hipótese contrária. Pedido ilíquido e sentença líquida ...	269
189. Sistematização das nulidades processuais - Galeno Lacerda	270
190. A infringência à proibição legal como causa de nulidade relativa da sentença.....	271
191. Soluções alvitradas, no plano da “validade” da sentença, nos casos de recurso do autor, ou do réu, ou de ambos os contendores.....	273
192. Conduta do juízo singular, nos casos de anulação da sentença	274
193. Sentença necessariamente líquida, no processo perante os Juizados Especiais Cíveis.....	275
194. Sentença necessariamente líquida, em procedimento comum sumário.....	276
194-A. Orientação do projeto de novo CPC	277
Referências	279
Índice onomástico.....	289
Índice por assuntos.....	297